|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Tema:** | Projetos PPP's - Obtenção e Análise de Projetos | | |
| **Emitente:** | Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ | | |
| **Sistema** | Sistema Financeiro | | **Código:** SFI |
| **Versão:** | 1 | **Aprovação:** Portaria nº 41-S/2018 | **Vigência:** 31/05/2018 |

|  |
| --- |
| OBJETIVO |

Análise econômico-fiscal de projetos de investimento público e suporte à avaliação dos projetos sob a modalidade de PPP ou concessão.

|  |
| --- |
| ABRANGÊNCIA |

* 1. Conselho Gestor de Parceria Público-Privada do Espírito Santo
  2. Secretaria de Estado de Desenvolvimento – SEDES
  3. Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ

|  |
| --- |
| FUNDAMENTAÇÃO LEGAL |

* 1. Lei Complementar nº 225, de 08/01/2002.
  2. Lei Federal nº 11.079/2004.
  3. Lei Estadual nº 492/2009.
  4. Lei Federal nº 12.766/2012.
  5. Decreto nº 3440-R, de 21/11/2013.
  6. Decreto nº 3.542-R, de 18/03/2014
  7. Decreto CGP/ES nº 2.889.

|  |
| --- |
| SIGLAS |

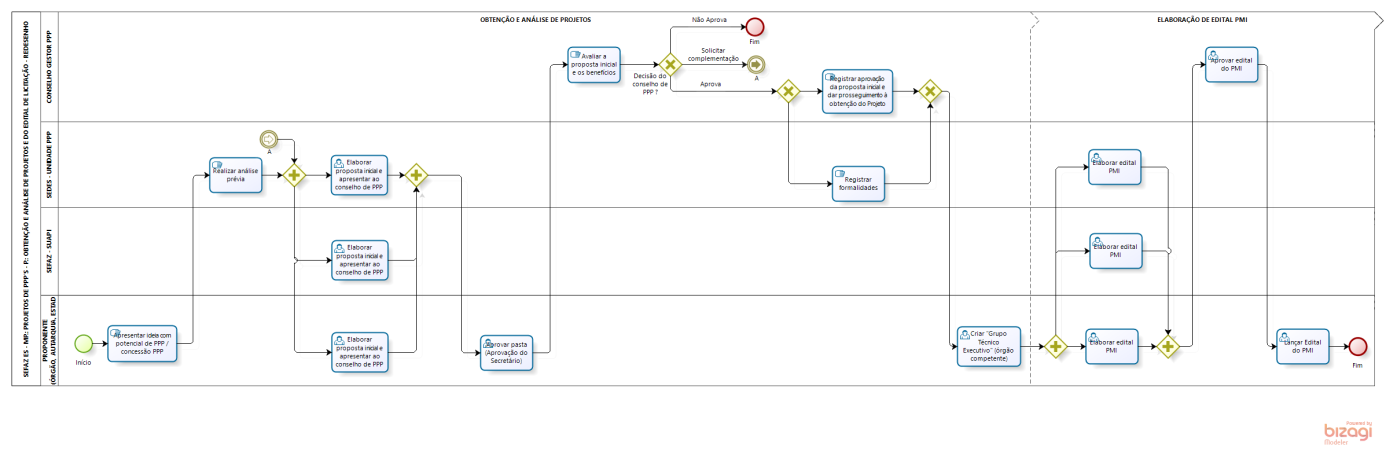
* 1. PMI - Procedimento de Manifestação de Interesse.
  2. PPP - Parcerias Públicas Privadas.

|  |
| --- |
| UNIDADES FUNCIONAIS ENVOLVIDAS |

* 1. GEPOF - Gerência de Política Fiscal e da Dívida Pública do Estado.
  2. SUAPI - Subgerência de Análise Econômico Fiscal de Projetos de Investimento Público.

|  |
| --- |
| PROCEDIMENTOS |

* 1. Fluxos de Procedimentos.



* 1. **Diretrizes Gerais**
     1. O órgão proponente apresenta projeto com potencial de PPP ou de concessão pública.
     2. A SEDES realiza análise prévia (objeto, base legal e PPA) e a SEFAZ realiza a análise econômico fiscal.
     3. A SEDES juntamente com a SEFAZ e o órgão proponente, elaboram proposta inicial e apresentam ao Secretário da pasta ou Presidente do órgão proponente (no caso de Empresas Públicas ou Autarquias). Após a aprovação do Secretário ou Presidente do órgão proponente, o Secretário ou Presidente encaminha proposta preliminar ao Conselho Gestor de PPPs – CGP/ES.
     4. O Conselho Gestor de PPP, avalia a proposta inicial e os benefícios.
     5. Caso a proposta seja aprovada, registra-se a aprovação da proposta inicial e segue o processo para obtenção do projeto.
     6. Caso necessite complementação de informações, retorna à SEDES para providências.
     7. O órgão proponente cria o “Grupo Técnico Executivo” (órgão competente).
     8. A SUAPI auxilia o GTE na elaboração do edital PMI.
     9. Após a aprovação do edital do PMI, o mesmo segue para publicação.
     10. O GTE acompanha o procedimento editalício do PMI de forma a buscar obter um projeto final.
     11. Relatório Final do GTE vai indicar as possibilidades de utilização dos estudos obtidos para que o mesmo sirva de base para elaboração de um edital de licitação, necessariamente na modalidade concorrência.
     12. Tal relatório é encaminhado ao Secretário ou Presidente, que decidirá pela implantação ou não de processo licitatório.
     13. Caso a PPP venha a ser contratada, caberá a Secretaria da Fazenda o seu acompanhamento financeiro (incluindo execução dos pagamentos) e contábil.

|  |
| --- |
| ASSINATURAS |

|  |  |
| --- | --- |
| **EQUIPE DE ELABORAÇÃO** | |
| **Maria Elizabeth Pitanga Costa Seccadio**  Subgerente da SUDOR | **Marta Gonçalves Achiamé**  Supervisor de Área Fazendária |
| **Eduardo Pereira de Carvalho**  Supervisor de Área Fazendária | **Eliane Canal Leite da Silva**  Coordenadora de Projetos |
| **APROVAÇÃO:** | |
| **Bruno Funchal**  Secretário de Estado da Fazenda | Aprovado em 30/05/2018 |